Arquivo Nacional revela porões da ditadura

Acervo guarda provas documentais da bisbilhotagem muitas vezes ridícula do regime militar

EDSON LUIZ
e MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA – Durante 21 anos o Ministério da Justiça foi destinatário dos mais escabrosos relatos sobre o que acontecia nos porões do regime militar, acumulando a memória oficial do regime inaugurado há 34 anos, em 31 de março de 1964, e que durou até março de 1985. Milhares de papéis amarelados – depoimentos, despachos, cartas, bilhetes, relatórios e até fitas e discos – guardados em dezenas de latas verdes no terceiro andar do Arquivo Nacional, no Rio, são a prova documental da bisbilhotagem muitas vezes ridícula a que estavam submetidos os cidadãos brasileiros, como o professor Fernando Henrique Cardoso, tratado como perigoso comunista no Dossiê 065022, de 1975, que propunha a cassação de seus direitos políticos por ter escrito um livro.

Os arquivos secretos do Ministério da Justiça, aos quais o Estado teve acesso com exclusividade, provam que os arapongas do regime estendiam suas redes ao exterior e espionavam os contatos do presidente chileno Salvador Allende com exilados brasileiros.

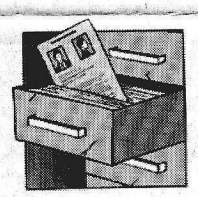
Para isso, contavam com a colaboração do Itamaraty e da embaixada do Brasil em Santiago, que de lá vigiava os passos do ministro José Serra, do governador Miguel Arraes, do economista Paulo Schiling e do próprio Allende, que tem diálogos inteiros transcritos por um araponga não identificado, com base na Embaixada.

No México, era vigiado um jovem economista desconhecido na época e hoje famoso: João Pedro Stédile, o líder dos sem-terra, citado como organizador do embrião de movimento político de camponeses no Sul do Brasil. Uma das poucas análises corretas que se pode encontrar na pilha de sandices que chegava ao conhecimento dos ministros da Justiça. Boa parte dos relatórios – na qual se inclui o dossiê do professor Fernando Henrique – serve para comprovar que o exercício da perseguição política era feito sem critérios objetivos, com base em suspeitas e acusações levianas, mas capazes de comprometer a vida dos cidadãos bisbilhotados. Era considerado comunista, por exemplo, o então bispo-auxiliar de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes Araújo. Hoje, ele é cardeal. Marcos Satamini Arruda, geólogo e ex-seminarista, membro da Ação Popular (AP), não foi apenas preso e torturado: ganhou o apodo de "subversivo congênito", seja lá o que isso signifique.

Reprodução

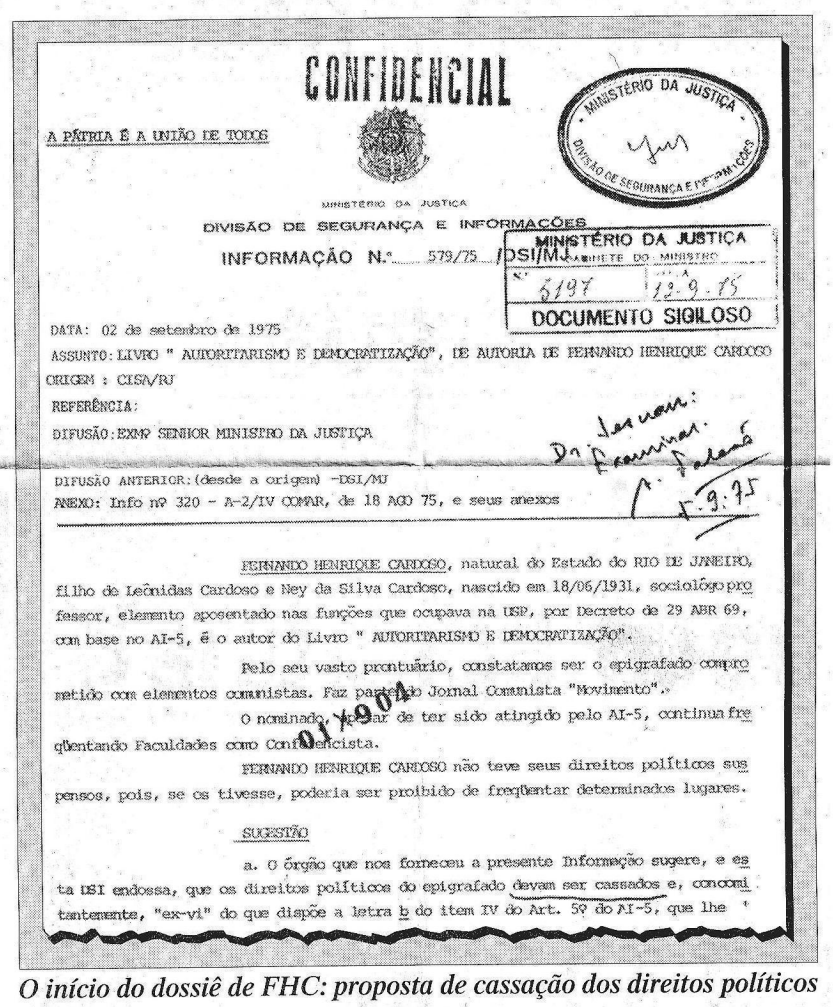
O professor Fernando Henrique, nos anos 70: aposentado pelo AI-5 e classificado como perigoso comunista

Atentados – Também há, nos arquivos secretos da Justiça, documentos que podem ajudar a reescrever a História: um deles relata que o ex-presidente Ernesto Geisel era o alvo de um atentado com explosivos, abortado pela Polícia Federal em Goiânia, em 1974. O atentado não foi mencionado por Ernesto Geisel, em seu amplo livro de memórias recentemente publicado. Outro documento reforça a tese de que o acidente automobilístico em que morreu, em 1976, a estilista Zuzu Angel, foi mesmo provocado, para calar as denúncias que ela fazia, fora do Brasil, sobre o assassinato de seu filho, Stwart Angel Jones, por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica. A tese foi acatada oficialmente pela Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça há duas semanas, mas com base apenas em depoimentos de testemunhas. A evidência documental ficou nos arquivos do Rio.



RELATÓRIO DA OAB DESCREVE MÉTODOS DE TORTURA

Os documentos mostram que a ira dos militares não se voltava apenas contra os esquerdistas. As famosas listas de cassação estão no arquivo, inclusive as que não se transformaram em atos. Descobre-se, com isso, que até políticos bem comportados, que teriam papel de destaque na transição para a democracia, como Petrônio Portela, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, estavam na mira dos cassadores de mandatos. Portela, que seria presidente do Senado e ministro da Justiça no governo João Figueiredo, saberia, se consultasse os arquivos, que seu nome figurava numa lista de degola preparada pelo antecessor Gama Filho (governo Costa e Silva), junto com o futuro prefeito petista de Porto Alegre Tarso Genro.



CONFIDENCIAL

A PÁTRIA É A UNIÃO DE TODOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
INFORMAÇÃO Nº 579/75 /DSI/MJ
GABINETE DO MINISTRO
Nº 5197 12-9-75
DOCUMENTO SIGILOSO

DATA: 02 de setembro de 1975
ASSUNTO: LIVRO " AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO", DE AUTORIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
ORIGEM : CISA/RJ
REFERÊNCIA:
DIFUSÃO: EXMº SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA
DIFUSÃO ANTERIOR: (desde a origem) -DSI/MJ
ANEXO: Info nº 320 - A-2/IV COMAR, de 18 AGO 75, e seus anexos

Devolver: Dr. Francisco Falcão 5-9-75

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, natural do Estado do RIO DE JANEIRO, filho de Leônidas Cardoso e Ney da Silva Cardoso, nascido em 18/06/1931, sociológo professor, elemento aposentado nas funções que ocupava na USP, por Decreto de 29 ABR 69, com base no AI-5, é o autor do Livro " AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO".

Pelo seu vasto prontuário, constatamos ser o epigrafado comprometido com elementos comunistas. Faz parte do Jornal Comunista "Movimento".

O nominado, apesar de ter sido atingido pelo AI-5, continua freqüentando Faculdades como Conferencista.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO não teve seus direitos políticos suspensos, pois, se os tivesse, poderia ser proibido de freqüentar determinados lugares.

SUGESTÃO

a. O órgão que nos forneceu a presente Informação sugere, e esta DSI endossa, que os direitos políticos do epigrafado devam ser cassados e, concomitantemente, "ex-vi" do que dispõe a letra b do item IV do Art. 5º do AI-5, que lhe

O início do dossiê de FHC: proposta de cassação dos direitos políticos

Se havia algum planejamento científico para o combate aos grupos armados da esquerda, está nos arquivos secretos. A evolução do número dos assaltos a bancos – maior fonte de recursos daqueles grupos – é analisada em um documento que propõe novas regras de segurança e vigilância.

Atrocidades – O mais escabroso de tudo é o registro, feito pelos próprios presos políticos, de todas as atrocidades cometidas nos porões em que se torturava e matava. Um relatório completo, com a descrição precisa dos métodos de tortura, foi entregue ao ministro Armando Falcão pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 1975. Caiu no arquivo morto e nunca teve divulgação. Falcão, na época, estava mais preocupado em evitar a extradição, para a Inglaterra, de Ronald Biggs, o bandido que assaltou o trem pagador.

Durante duas semanas, a reportagem do **Estado** pesquisou os arquivos secretos do Ministério da Justiça. O resultado desse mergulho no passado começa a ser divulgado nesta edição.